

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	Folhas: 02
--	-----------------------	---------------

<b>1. Identificação</b>			
<b>Data</b>	14/03/2022		
<b>Horário início</b>	9h	<b>Horário término</b>	10h30
<b>Local</b>	Gabinete do Prefeito Municipal.		
<b>Participantes</b>	Celina Dittrich Vieira (Executivo), Clenice Borba Rodrigues (Delegacia de Polícia Civil de Mafra), Danielle Kondlatsch (Secretaria de Assistência Social e Habitação), Joseane Gelowate (Clube Soroptimista Internacional Rio Negro), Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra), Liliani da Silva Gomes da Rocha (OAB), Elisangela de Lima (Diretora de Meio Ambiente).		

<b>2. Pauta</b>
Tratativas do projeto da Casa Abrigo para Mulheres

<b>3. Discussão</b>
<p>Aos quatorze dias do mês de março de 2022, às 9h, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra no Gabinete do Prefeito Municipal, contando com a participação de representantes do Executivo, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Clube Soroptimista Internacional Rio Negro, OAB de Mafra, 38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra e Delegacia de Polícia Civil de Mafra. A reunião foi aberta pela presidente Danielle Kondlatsch, a qual passou a palavra para a vice-prefeita Celina Dittrich Vieira. Esta atualizou o Conselho acerca do andamento do projeto da Casa Abrigo para as Mulheres. Informou que a portaria que liberou a verba para viabilização da Casa Abrigo foi publicada há aproximadamente duas semanas. Que a primeira parcela será liberada agora e a segunda parcela no final da obra. Acrescentou, porém, que o processo de cessão da casa pela Polícia Civil (conforme projeto inicial) está bastante burocrático na Secretaria de Segurança Pública. Celina apresentou o resumo do processo administrativo, no qual consta que este foi encaminhado para a Secretaria citada em janeiro de 2021, e está parado desde dezembro de 2021. Que em abril de 2021 foi constado no processo administrativo que a Polícia Militar, a Casan e o Corpo de Bombeiros também ocupam o imóvel, e por este motivo também deveriam ser intimados sobre a cessão. A vice-prefeita explicou que ao tomar conhecimento desta informação entrou em contato via telefone com o delegado Dr Gustavo Madeira (responsável pelo setor de planejamento da Secretaria de Segurança Pública), oportunidade em que este afirmou que os órgãos citados seriam intimados. Informou ainda que foi enviado ofício para a Casan na data de 1º de dezembro de 2021, contudo não informou acerca da intimação da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. A vice-prefeita prosseguiu informando que entrou em contato com a presidente da Casan, sra. Roberta Mass, e solicitou agilidade por parte daquele órgão. A sra. Roberta Mass afirmou que daria encaminhamento, e solicitou que o Executivo entrasse em contato com o diretor administrativo da Casan, ao que foi feito, sem, porém, se obter resposta. Celina destacou ainda que até a semana anterior o processo administrativo não apresentava nova tramitação, não sendo ainda oficiado ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar. Enfatizou que se trata de ano eleitoral, e que com a verba liberada, é preciso que a licitação esteja pronta e a obra iniciada até</p>

o mês de abril. A representante da OAB, Liliani da Silva Gomes da Rocha, salientou que a Casa Abrigo não pode perder a verba por questões burocráticas. Afirmou que diferente do que é defendido pela Secretaria de Administração do Estado, a Casan, o Corpo de Bombeiros e a Polícia militar não utilizam o imóvel definido para a instalação da Casa Abrigo, e que provavelmente não foi lido o termo de cessão do Estado, uma vez que na própria portaria que foi juntada ao processo na época, consta que o imóvel foi cedido para a Polícia Civil, e nenhum desses outros órgãos tem qualquer objeto guardado no imóvel. A vice-prefeita leu parte do despacho do processo, no qual orienta que antes de qualquer medida de demolição, construção ou reforma seja elaborada uma minuta de convênio e que seja apreciado pelo jurídico da Polícia Civil e também pela Secretaria de Administração, bem como que seja verificado junto aos órgãos que utilizam o imóvel. A representante da Polícia Civil, Clénice Borba Rodrigues Clénice, afirmou que a Delegacia de Mafra poderia ajudar na questão entrando em contato com o Setor de Projetos. As demais conselheiras, entretanto, constataram que não há tempo hábil. A presidente do Conselho, Danielle, sugeriu cogitar outro local. Em seguida, Celina comunicou que o Executivo vai utilizar um terreno da Prefeitura para a construção, apontando que há algumas opções, sendo necessário apenas verificar a documentação. A diretora de Meio Ambiente, Elisângela de Lima, complementou, informando que verificará terrenos disponíveis que possuem matrícula, para apontar o caminho mais rápido para início da obra. Acrescentou que deve ser um local estratégico, próximo ao centro, em área movimentada, porém discreto. Informou ainda que há duas opções em vista, um terreno próximo à Escola Cemina, e outro próximo a Escola Tenente Ary Rauen. As conselheiras apontaram a preferência pelo terreno próximo à Escola Cemina. A presidente afirmou que irá se informar sobre o encaminhamento da Licitação, que provavelmente passará por sua Secretaria (Ação Social e Habitação). Liliane comentou que o município deve oficiar à OAB, informando a desistência do interesse pelo imóvel. Celina assegurou que assim será feito, e lembrou que a decisão terá melhor resultado final, uma vez que da forma inicial seria um recurso da Prefeitura investido em um terreno do Estado. A representante do Clube Soroptimista Internacional Rio Negro, Joseane Gelowate, acrescentou que tudo ocorreu para que fosse da melhor forma, pois no imóvel antigo entraria uma estrutura de reforma, e não uma estrutura de construção, sendo posição concordada por todas as conselheiras. A vice-prefeita enfatizou que se deve continuar com o consórcio, pois a única mudança foi referente ao local de instalação. Clénice colocou a Delegacia de Polícia Civil a disposição no que for preciso para o andamento do processo. A vice-prefeita e a presidente do Conselho da Mulher finalizaram agradecendo a todas pela participação na reunião. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes, segue assinada pela presidente.